

REGIÕES FRONTEIRA NO BRASIL*

Pedro P Geiger
Professor Visitante - Dept^o de Geografia

ABSTRACT

Four aspects of Brazilian Frontier Regions are emphasized:

- their size, being part of a country of continental dimensions;
- their tropical character;
- their historical role as a valve for social tensions, in a country which for long presents very strong social inequalities; different modalities of frontier-regions, those which represent the technological development, the ones which represent the advance of the ecumene, the "interior frontier regions", and the regions located on the limits of the country.

The size of the country permitted for decades the movement of the frontier line to the West, the advance of the ecumene. But inside the more developed Eastern parts of the country, some enclaves of less settled territories, appear recently as "interior frontier regions".

During the 19th and part of the 20th century, tropical and subtropical forested areas of the frontier were the targets for timber and crops production, while the savannas and grasslands were dedicated to cattle raising. Later an inversion occurred, production of cereals, like soya beans, developed in the savannas and grasslands, while cattle occupied deforested areas of the Amazon Region. The far frontier became also an important mineral producer and attracts tourism.

The frontier was, in a some extent, a substitute for an agrarian land reform, offering conditions for social vertical mobility. More recently, however, it is losing this function, as capital investments are directed to cattle raising, mining and timber production.

Political issues deal with the social relations between incomers and old populations in the frontier regions and with the environmental questions.

1 - O CONCEITO DE REGIÃO FRONTEIRA.

"Torna-se necessário acentuar que na sua origem histórica, a fronteira não foi um conceito jurídico, nem, pelo menos essencialmente, um conceito político ou intelectual... ao invés, foi um fenômeno dos "fatos da vida", a manifestação da tendência espontânea para o crescimento do ecúmeno..." (1)

A literatura menciona também que "...Historicamente, a palavra fronteira implica naquilo que ela sugere etimologicamente, isto é, o que se encontra "na frente"...uma área que foi parte de um todo, especificamente, a parte que se encontrava na frente..." (2). "Se aceita a teoria que pode existir (ou, deva existir) somente um único Estado - um Estado Universal- então, fronteira significa literalmente a frente do *imperium mundi* que se expande na direção dos únicos limites que pode reconhecer, nominalmente, os limites do Mundo. Deste modo, a fronteira não é o fim (a cauda), mas o começo (a cabeça) do Estado; a cabeça irradiante de luz

* Ensaio apresentado à Conferência Internacional de Desenvolvimento Regional: *The Challenge of the Frontier*, promovido pela Ben Gurion University, em Israel, dezembro de 1993.

e conhecimento se expandindo no meio da escuridão e do desconhecido..."(3). "O mesmo princípio é utilizado quando se fala, por exemplo, das "fronteiras da Ciência"...(4).

De acordo com o conceito de "tempo social" proposto por Braudel, as fronteiras podem ser interpretadas como separatrizes de tempos desiguais, ou, como evoluções econômicas não paralelas e, ao mesmo tempo, como zonas de integração e articulação. (5)

Portanto, o termo fronteira pode ser aplicado tanto ao alargamento do ecúmeno, como a regiões avançadas de um país, cuja dinâmica econômica e social possa ser relacionada seja a progressos tecnológicos, seja a novas formas de organização social, ou, a ligações com outras formações sócio-econômicas.

Neste ensaio, observaremos 4 tipos de regiões, ou áreas de fronteira.

- As fronteiras que se apresentam como o locus de novo ciclo econômico ou tecnológico.
- As regiões-fronteira clássicas, que dizem respeito ao povoamento de áreas de baixa densidade em atividades e populações.
- Áreas geográficas que, por diferentes razões, foram deixadas de lado quando do avanço do ecúmeno, ou que declinaram, e que estão sendo tomadas por um novo ciclo de desenvolvimento.
- Regiões localizadas sobre limites de Estados, ou de outras unidades políticas e cujos desenvolvimentos são marcados por esta condição.

No Brasil, país de dimensões continentais são encontrados os quatro tipos de região-fronteira acima assinalados.

2 - A FRONTEIRA DE NOVO CICLO ECONÔMICO OU TECNOLÓGICO.

Para clarear o conceito, aponte-se no mundo contemporâneo o caso da China. A província de Fujian, por exemplo, com sua Zona Econômica Especial de Xiamen, sua Cidade Aberta de Fuzhon, a Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Fuzhon, sua Área Costeira de Economia Aberta e sua Zona de Investimento para Formosa se comporta como fronteira entre a República Popular e o capitalismo dos países avançados. Não se trata pois de região localizada no longínquo interior continental (recentemente a província de Sichuan, no interior da China, também foi autorizada a atrair investimentos estrangeiros), mas, na densamente povoada área costeira. No caso de Hong Kong, a região fronteira se localiza sobre limite internacional, pelo menos, até 1997.

Deste ponto de vista, São Paulo foi uma fronteira econômica dos anos 50 aos anos 70, ao atrair investimentos estrangeiros para um novo ciclo da industrialização brasileira. A diferença com a China é que a industrialização em São Paulo foi dirigida basicamente para

atender o mercado interno brasileiro, enquanto lá, a tendência à exportação e muito maior desde o início. É interessante notar que o interesse concomitante, das autoridades regionais chinesas, por investimentos estrangeiros para a renovação, ou expansão da infra-estrutura econômica de suas regiões repete prática observada no Brasil já no começo do século.

No entanto, o Brasil também criou uma Zona Franca, destinada explicitamente à exportação, localizada em Manaus, na Amazônia. Contudo, ao contrário das zonas francas chinesas, foi estabelecida no interior do continente. A idéia era a de atrair fluxos de matérias primas de países vizinhos da bacia amazônica, para lhes devolver, e exportar para outros países, produtos industrializados. No entanto, o que ocorreu efetivamente é que o mercado brasileiro se tornou o principal consumidor dos produtos da Zona Franca de Manaus. Por outro lado, a Zona Franca se tornou também um local de montagem de componentes importados de países do primeiro Mundo.

Nestas circunstâncias, é natural que a Zona Franca de Manaus tenha sido fortemente atingida pela recessão que afetou o mercado brasileiro nos anos 80, e dado margem a reclamos do empresariado estabelecido em São Paulo. Deste modo, se a palavra fronteira sugere certas formas de tensão, é possível encontrá-las correntemente nos conflitos há pouco mencionados. Como foi dito, Manaus é, em grande parte, um local de montagem de componentes importados com isenção fiscal. Assim, quando a Telebrás organizou, em 1993, uma licitação para a instalação, no País, de 700.000 novos terminais, empresas como a Ericsson ou NEC, localizadas em São Paulo, procuraram impedir a participação da AT&T, associada neste evento é Sharp, e via Sid Telecom, uma montadora localizada em Manaus.

3 - "A MARCHA PARA O OESTE."

Com a descoberta das Américas acelerou-se o alargamento histórico do ecúmeno. Particularmente no caso norte-americano, o processo demonstrou que o espaço geográfico não é um mero suporte, uma simples forma reflexiva da vida social. Ao contrário, o acompanhamento do desenvolvimento histórico do Novo Mundo permite reconhecer o espaço como componente das transições sócio-econômicas e justificar a expressão formação sócio-econômica-espacial, proposta por Milton Santos (6). O espaço relativamente aberto permitiu: a) a expansão da base econômica ; b) mobilidades horizontais/verticais de população, influenciando as relações de produção, e c) grandes mudanças na super-estrutura pela reunião de populações de distintas origens nacionais e culturais.

A industrialização tardia do Brasil é dada a dimensão do país, permitiu a permanência, até o presente, de espaços vazios amplos, ao Norte e Noroeste. Nos anos 30, por exemplo, a

frente pioneira se encontrava a apenas 600-800 quilômetros da costa de São Paulo. O movimento para o Oeste, nos séculos 19 e 20, sobre terras de florestas tropicais e subtropicais do Planalto Brasileiro, cujo objetivo era, primeiro a extração madeireira, e depois, a produção agrícola, é descrito no clássico de Pierre Monbeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (7). As áreas de campos ou cerrados (savannas) eram deixadas para a criação extensiva de gado. A urbanização e industrialização do Brasil acelerou o povoamento da periferia, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Desde a primeira presidência de Vargas, nos anos 30, o governo federal se envolve fortemente e de forma explícita numa política de colonização com população nacional, particularmente promovendo a "Marcha para o Oeste".

Organizam-se colônias agrícolas com pequenos proprietários, a maior sendo Ceres em Goiás; constroem-se novas cidades, a principal sendo Goiânia, e abrem-se estradas, então ainda não pavimentadas.

Historicamente, a sociedade brasileira cresceu mantendo as fortes desigualdades sociais. Deste modo, a frente pioneira teve o papel de ser como que uma válvula de escape para as enormes pressões sociais, em certa medida, um substituto para uma reforma agrária, que nunca aconteceu. Além disso, a expansão da produção de cereais e da pequena criação (suínos) através das técnicas tradicionais, na fronteira, ampliou o suprimento para o mercado urbano em crescimento, sem prejuízo da concentração dos capitais em atividades industriais e urbanas. (8). A fronteira tornou-se um importante instrumento para alargar a base econômica do Brasil e prover importante mobilidade horizontal e social em seus setores rural e urbano. De 1940 a 1980, a área dos estabelecimentos agrícolas cresceu de 198 milhões para 365 milhões de hectares (9). A fronteira servia também para a afirmação do poder do Estado.

Quando se discute a atual crise brasileira, a dimensão do Estado, as estatais, privatização, não podemos deixar de introduzir as reflexões que se seguem.

No mundo rural, a promoção do alargamento do povoamento era uma ação do Estado a favor do setor privado da economia. Na cidade grande, o Estado procurou crescer ele mesmo. Em outro trabalho, tivemos ocasião de nos referir ao papel do Estado em fazer crescer a classe média urbana, através do emprego público, fato cantado na marchinha carnavalesca, "Maria Candelária é alta funcionária, caiu de paraquedas na letra O.." (10) Deste modo, o crescimento do setor governo era acompanhado, não só do crescimento do setor privado metropolitano, mas também do crescimento das regiões rurais.

Nos anos 40, a letra O, remuneração relativamente elevada, era atribuída a servidores da administração direta, com nível universitário. Por exemplo, a professores secundários, ou a médicos de hospitais públicos. Desnecessário mencionar a situação destes profissionais hoje.

Nem é este o espaço de análise do porque desta deterioração salarial. Apenas será lembrada teoria apresentada recentemente, que associa custos relativamente crescentes em serviços cujo tempo de produção não pode ser encurtado. (Não se pode diminuir o tempo da consulta médica, ou o número de anos para se completar cada grau). (11).

No entanto, outros setores governamentais cresceram, inclusive as estatais, onde passaram a se encontrar os bons salários e mordomias. Mesmo quando não deficitárias, as estatais não contribuem devidamente para os custos do aparelho estatal, que vem recaindo pesadamente sobre o setor privado. Até que ponto, não será um elemento importante da crise o fato de que teria declinado, em termos relativos, a extensão do setor privado, inclusive do ligado à fronteira, e sua capacidade de financiar o crescimento do setor governamental.

Depois de 1964, com a implantação do regime militar, mudanças irão ocorrer no desenvolvimento das regiões-fronteira.

umas se relacionam a modernizações tecnológicas na agricultura brasileira, induzidas através de incentivos governamentais para a utilização de força mecânica no trabalho, de fertilizantes e de defensivos. Como uma das consequências, surgiu uma agricultura empresarial, em grandes propriedades, que se desenvolveu sobre terras de savanas, antes negligenciadas, produzindo por exemplo a soja. Na verdade, esta mudança tecnológica se iniciou anteriormente, no Rio Grande do Sul, depois da Segunda Grande Guerra, quando se incentivou o plantio do trigo, para aliviar o peso das importações sobre o balanço de pagamentos. Então, profissionais liberais das cidades pequenas e médias do planalto gaúcho arrendavam terras de criadores de gado, em áreas de campo, para plantar trigo. No entanto, é a partir dos anos 70 que se dá a maior difusão de inovações tecnológicas na agricultura do Centro-Sul do Brasil e que passa a penetrar outras regiões. Em 1975 a produção da soja em terras de campo ou cerrado representava apenas 6% do total nacional, para alcançar 22% em 1982 e 44.5% na safra de 1987/88, com 8 milhões de toneladas. (12).

Outra mudança diz respeito à introdução de um discurso explícito geopolítico pelo regime militar, pelo qual o povoamento da Amazônia é instrumento para fazer crescer o poder do Estado, na construção do "Brasil Grande". Este discurso endossava corrente de geopolíticos que propunham uma atuação articulada com países vizinhos da bacia amazônica, no sentido de defendê-la de alegadas cobiças de potências extra continentais, e que, naturalmente, tinham também um olho na posição do Brasil no continente." Será perigoso deixar a vasta bacia amazônica despovoada e subdesenvolvida, quando outras áreas do Mundo se apresentam super-povoadas" afirmava o General Meira Matos(13).

A região amazônica se torna o centro da política de fronteira do regime militar, para onde se canalizam incentivos fiscais e investimentos de infra-estrutura. Enquanto que na presidência de Juscelino Kubitschek (1955-60) estradas foram construídas, ou projetadas, para abrir portas para a Amazônia, como a Belém-Brasília, ou a Brasília-Acre, agora se trata de cruzar o espaço regional, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Porto Velho- Manaus-Boa Vista. Na realidade porém, o povoamento ao longo destas rodovias foi muito menor do que a expectativa.

Torna-se necessário considerar o desenvolvimento mundial da alta tecnologia, que passou a permitir a detecção de riquezas escondidas na Amazônia, através de satélite, e assim, servir à articulação do discurso geopolítico com objetivos de crescimento econômico. Este crescimento se basearia, cada vez mais, em grandes explorações, concentradas.

Neste caso, se pode afirmar também, que os grandes investimentos privados modernos na Amazônia se iniciaram antes dos anos 70, caso da ICOMI, exportadora de manganês do Amapá, ou da empresa do Ludwig, para produzir madeira e papel na bacia do Jari. No entanto, estes empreendimentos não se multiplicaram de imediato, nem se embrenharam para muito no interior do continente. Em 1970, criando o Programa de Integração Nacional, o governo federal assegurou assumir o processo da ocupação da Amazônia (14) e, desde então, multiplicaram-se grandes empresas lá instaladas.

Todos estes fatos convergem para a mudança do caráter da ocupação deste tipo de região-fronteira. Ela deixou de ser a válvula de escape de pressões sociais. Pelo contrário, torna-se outro campo de novos e fortes conflitos sociais. Assinalam-se fugas de caboclos para a Bolívia e o Peru. (15). Utilizando os incentivos federais, comprando terras por preços relativamente baratos, investidores aparecem como grandes proprietários. As áreas florestadas não são mais transformadas em plantações, mas, em grandes fazendas de gado.

Por outro lado, dado o espetacular crescimento do Brasil metropolitano durante os anos 70, o peso relativo da fronteira na economia e demografia nacional foi declinando, como foi demonstrado pelo Censo de 1980. Contudo, a forte recessão estabelecida nos anos 80, e a conseqüente tendência da economia brasileira de se voltar mais para a exportação, revalorizou as regiões fronteira produtoras de minerais, madeira, soja, gado, não mais como válvulas de tensões sociais em regiões de povoamento mais antigo.

4 - REGIÕES DE FRONTEIRA INTERNA.

Durante o avanço do povoamento da costa para o interior do país, algumas áreas geográficas foram contornadas, sem maior colonização, e outras, se tornaram decadentes. Em

dadas circunstâncias estas áreas podem ser tomadas por novos ciclos de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento da agricultura em áreas de cerrado pode ser encarado desta forma.

Por exemplo, algumas áreas da costa brasileira, menos favoráveis ao plantio da cana-de-açúcar, ou de outras plantas tropicais, foram escassamente povoadas. Por outro lado, concentração da produção açucareira em usinas, substituindo os antigos engenhos, estes mais dispersos geograficamente, provocou a decadência de diversas áreas costeiras. No entanto, quando o turismo doméstico se tornou importante atividade econômica, diversas destas áreas foram retomadas por um novo ciclo, aparecendo como bolsões de região-fronteira. O turismo foi um componente importante para a construção tardia de uma rodovia, que no entanto, liga dois dos maiores portos do País, Rio e Santos. E Parati voltou ao nosso mapa, como importante ponto turístico. Em dezembro de 1993, o estado da Bahia inaugurou uma rodovia para Aracaju, abrindo uma nova região, escassamente povoada, ao longo da costa, para o turismo, um setor no qual aquela unidade da Federação tem se mostrado bastante agressiva, competindo com o estado do Rio de Janeiro.

No caso da retomada de regiões dotadas de belezas naturais, ou nas quais permaneceram antigos facies coloniais, apresenta-se o problema da preservação de paisagens.

É comum a associação de conflitos sobre limites com regiões-fronteira. Pois, no caso da fronteiras-internas, eles podem aparecer, entre entidades administrativas. No caso do Brasil, por exemplo, tivemos o caso de Mantena, na fronteira de Minas Gerais e Espírito Santo. Nos anos 40/50, esta região apareceu como uma frente pioneira cafeeira tardia, sendo disputada entre os dois estados, que nela queriam colocar suas coletorias. A questão foi decidida somente pelo regime militar.

5 - REGIÕES-FRONTeira SOBRE LIMITES.

Na nova ordem internacional, se observam novos desenvolvimentos em regiões localizadas sobre limites internacionais, como consequência de novas relações entre países vizinhos.

No caso do Brasil, o exemplo se refere a regiões limitrofes da bacia do rio Paraná.

Durante um tempo, a Argentina se bateu contra o projeto da construção da gigantesca hidrelétrica de Itaipu, temendo o controle brasileiro sobre o nível d'água do rio da Prata. Sem sucesso. Pelo acordo do Brasil com o Paraguai, nos anos 70, a usina foi construída, prevendo-se o fornecimento de 50% da energia gerada para cada país. No entanto, dado que Paraguai não tem mercado para tanto, foi negociada a venda de seu excedente para o Brasil.

Esta situação de conflito se modificou, desde a queda dos regimes militares nos dois países. Atualmente, Argentina e Brasil são parceiros na construção do mercado comum do "cone sul", o Mercosul, e passaram a cooperar no gerenciamento da bacia do Prata. Um programa ambiental objetivando a despoluição da bacia, a terceira maior do Mundo, está sendo elaborado, tendo a participação ainda do Paraguai, Uruguai e Bolívia, esta última não sendo membro do Mercosul. Como a Suíça, que não é parte do Mercado Comum Europeu, mas participa de programa para o rio Reno. Aliás o programa do rio da Prata se inspirou no do rio Reno, e seria apresentado no encontro dos presidentes dos países do Mercosul, em janeiro de 1994.

6 - PROBLEMAS.

a. *Ambientalistas.* A Amazônia detem um quinto das águas doces do Mundo e um terço de sua floresta tropical latifoliada. Como compatibilizar o seu desenvolvimento com a corrente cultura ambientalista universal, de protecionismo do meio natural?

Manifestação em ruas de Londres, contra firmas produzindo móveis com mogno importado do Brasil, na medida em que vá influenciar o comportamento dos consumidores, pode afetar fortemente os produtores de madeira na Amazônia, obrigando-os a tomar atitudes protecionistas. Alguns países europeus estão introduzindo o "selo verde", a ser aplicado a certas categorias de produtos, e que foram produzidos de acordo com procedimentos de proteção ambiental. O receio no Brasil é do "selo verde" ser desviado de seu propósito original e servir, na verdade, de instrumento para práticas de protecionismo comercial, a questão ambiental se tornando mero pretexto.

O fato é que diversos produtores brasileiros estão adotando medidas de proteção ambiental. No setor madeireiro, já se vê empresários trabalhando com "florestas manejadas". Em outros setores da atividade extrativa, temos por exemplo, empresas que criam jacarés para a produção de couro, projetos de criação de borboletas para a indústria de souvenirs, etc.

Importante questão para a economia amazônica e nacional tem a ver com a biodiversidade de suas formações vegetais. O progresso em biotecnologia se apoia, entre outros, sobre a biodiversidade, vegetais oferecendo seus gens para a engenharia genética. O Brasil reclama direitos de patente no caso da utilização de flora amazônica nos laboratórios da indústria biotecnológica situados no exterior. Principalmente, quando o manejo destas plantas é baseado previamente na transmissão de conhecimentos populares tradicionais. Os índios Ianomani, por exemplo, possuem uma larga prática de uso médico de numerosas plantas amazônicas.

b) *Confrontos sociais*. Os conflitos, opondo membros de diferentes frações da sociedade amazonense, é agora uma parte dos conflitos e da violência generalizados, que se assiste no Brasil. Isto ocorre quando o Estado se enfraquece, um Estado que nos últimos anos vem perdendo poderes na realização da fronteira. (16).

Um destes conflitos opõe, de um lado, pequenos produtores individuais, como, garimpeiros, seringueiros, posseiros, e de outro lado, fazendeiros, grandes empresas. O avanço destes últimos pode ser avaliado, por exemplo, na produção de ouro, durante muito tempo, uma atividade de garimpeiros, mas, que no ano de 1993, pela primeira vez, mostrou a maior participação da grande empresa: 40 toneladas de produção, contra 30 toneladas dos garimpeiros.

c) *Turismo*. Com ambientes únicos, regiões do Norte e Oeste do Brasil oferecem enormes potenciais para o desenvolvimento turístico. No entanto, na atualidade, o nível desta atividade se encontra muito abaixo de suas potencialidades. O turismo se concentra no Pantanal, uma rica área de vida animal, na bacia do rio Paraguai, na ilha de Bananal, a maior ilha fluvial do Mundo, no rio Araguaia, no vale Amazônico, particularmente, em Manaus e Belém, e em alguns outros locais.

d) *Questões políticas*. Todas as questões relacionadas à região amazônica se tornam elementos de debate ideológico-político. Esquemáticamente, as posições se distribuem entre duas correntes, cada uma se dividindo em dois setores.

A primeira corrente, aqui denominada de nacionalista, se compõe de dois tipos, bem diferentes, de atores.

- Um deles, reúne pessoas diretamente interessados em negócios amazônicos, podendo ser grandes investidores residindo, ou não, na região, ou políticos e administradores interessados no crescimento econômico, lutando contra restrições que possam freiar seus interesses econômicos. Deste modo, não vêem com bons olhos o interesse internacional pelo ambiente amazônico, ou pela proteção dos índios.

- O segundo representa a continuidade histórica do movimento ideológico nacionalista, onde os atores, espalhados pelo País, abordam qualquer questão deste ponto de vista. Grande parte de "esquerda" se posiciona deste modo, embora defendendo os direitos dos índios, os pequenos produtores, ou os cuidados ambientalistas. O que não desejam são os investimentos estrangeiros ou a intromissão internacional nas questões amazônicas.

A propósito deste setor, note-se seu posicionamento face a outros problemas. A nova ordem mundial mostra o desenvolvimento de opinião pública no Primeiro Mundo a favor de intervenção internacional em nome da lei internacional, ou dos direitos humanos, como se viu,

ou se vê, no caso do Kuwait, Somália, Bósnia, ou Haiti. Este movimento, reúne inclusive setores da "esquerda" internacional. O que não significa que interesses de Estado das grandes potências não possam tirar seus proveitos destes movimentos. Pois, em países em desenvolvimento, a tradição nacionalista impede setores "esquerdistas de aceitarem qualquer intervenção, mais um elemento para a divisão das "esquerdas" e para o argumento de que este termo não expressa mais um conceito válido.

Deste modo, a posição nacionalista em relação à questão amazônica se alimenta do receio de estímulos provenientes do exterior a favor de movimentos separatistas, seguidos de suporte de intervenções em nome de direitos humanos, por exemplo, a favor de índios.

Em resumo, aliam-se numa corrente nacionalista, aqueles que se utilizam da Amazônia para defender sua posição geral ideológica, e aqueles que se valem do nacionalismo apenas para defender seus interesses próprios na Região.

Diga-se que estes interesses conduziram já a processos centrifugos nas regiões-fronteira do Brasil, o que está de acordo com o que a literatura a respeito menciona. Temos o caso da divisão em dois do estado do Mato Grosso, nos anos 70 e a criação do estado de Tocantins, às custas de Goiás, em 1988. Existem grupos querendo mais separatismos internos.

A corrente "universalista" também se divide em dois setores. Um deles é formado de pessoas diretamente interessadas em chamar a atenção da opinião mundial, como os índios, os seringueiros, na procura de proteção para si e para o seu meio ambiente. Em 1989, seringueiros e índios se aliaram formalmente, criando a União dos Povos da Floresta. O segundo setor é formado por pessoas envolvidas em organizações que atuam articuladas com entidades internacionais, como as ONG's; pessoas favoráveis à integração do Brasil na globalização e pessoas que se sentem comprometidas ideologicamente com os valores universais e com o internacionalismo.

É fácil entender estes estranhos alinhamentos de forças e formação de coalisões, considerando-se tantos interesses e conflitos. Este quadro aparece quando o Estado se enfraqueceu, incapaz, como foi dito por Francisco de Oliveira em recente conferência de "impor a prática legal, ou impedir as práticas ilegais na Região", e quando cresce a ação do contrabando e do narcotráfico. Por outro lado, no entanto, é a Amazônia um instrumento para a defesa do Estado, dado o papel do Estado na defesa de limites internacionais.

7 - CONCLUSÃO

Recentemente foi criado o Ministério da Amazônia e do Meio Ambiente, em reforma da organização ministerial. Em artigo publicado na imprensa, o novo ministro diz ser necessário

observar a região não através de seus conflitos reais ou potenciais, mas antes, pelas dimensões de suas oportunidades. Estas dimensões ele designou de: soberania brasileira, qualidade de vida de suas populações, desenvolvimento e proteção ambiental, os direitos da população indígena, cooperação internacional, pesquisa de ciência aplicada. Estas dimensões, diz ele, são parte de uma totalidade, e não se pode analisar a totalidade através do interesse em apenas uma dimensão.

O ministro, Rubens Ricupero, chamou a atenção para a diversidade interna da Amazônia, o que coíbe generalizações. E apresentou um conjunto de "princípios e de novas racionalidades para o desenvolvimento sustentável":

- não seguir os modelos desenvolvimentistas dos anos 60 e 70, já que se exauriu o modelo da substituição de importações;
- orientar Manaus para a exportação;
- aliviar o problema do desemprego, como o que ameaça os garimpeiros, pela criação de novas indústrias;
- a questão do meio ambiente permeia qualquer atividade;
- organizar um zoneamento econômico-ecológico, para atrair investimento externo e para servir aos interesses dos "povos da floresta. (17).

De tudo que se viu, creio que se pode afirmar "ser difícil pinçar aspectos essenciais da fronteira que tenham validade universal" (18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kristof, Ladis K D, "The Nature of Frontier and Boundaries" Annals of the AAG, vol 49, 1959, 269:282, p 269
idem, p 269.
ibidem, p 270
- Blij, Harm J de. Systematic Political Geography, John Wiley & Sons, 2nd edition, 1973, p 127.
- Messias da Costa, Wanderley, Geografia Política e Geopolítica, São Paulo, Hucitec e Ed. da USP, 1992, p 293.
- Santos, Milton, Espaço e Sociedade, Petrópolis, Editora Vozes, 1979.
- Monbeig, Pierre, Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, São Paulo. Humanismo, Ciência e Tecnologia, Editora Ltda. 1984.
- Amin, S e Vergapoulos, K, A questão agrária e o capitalismo, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- Becker, Bertha K e Egler, Cláudio A G, Brasil, Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Russel SA, 1993

Geiger, Pedro P e Davidovich, Fany R, " The spatial strategies of the state in the political-economic development of Brazil" Production, Work, Territory, Edited by Scott, A J & Storper, M. Allen & Unwin, 1986.

Estudo de J Baumol da City University of New York, noticiado no Herald Tribune.

Becker, B K e Egler, C A g, idem.

Stowe, Peter, Geography and Political Power, Routledge, 1990

Becker e Egler, ibidem.

Andrade, Manuel Correia de, Geopolítica do Brasil, São Paulo, Editora Atica, 1989

Becker e Egler, idem.

Ricupero, Rubens, "Um modelo para a Amazônia" Jornal do Brasil, 19/10/93.

Blij Harm J de, idem.